

Julgamento de Nuremberga - Análise à maior farsa jurídica do nosso século

Por J.A.C. e A.C.R. (este texto, extraído do Caderno Cultural nº 3 das Edições Último Reduto, é de 1982. Nesta data ainda não tinham 'suicidado' Rudolf Hess.)

Prefácio

"Quem escreve a História é sempre o vencedor – a história da sua vitória e a do vencido, cuja opinião nunca foi solicitada... e que ele nunca pode dar."
– PAUL POESSON

Este estudo não pretende ser definitivo. Trata-se apenas de mais um concludente testemunho para a completa reabilitação da memória dos acusados de Nuremberga. 36 anos depois, chegou a altura de desmascarar toda a máquina montada para assassinar os dirigentes nacional-socialistas. É este o nosso dever.

Na fria madrugada de 16 de Outubro de 1946, numa velha sala do ginásio municipal de Nuremberga, foram enforcados dez dos principais dirigentes nacional-socialistas que, depois da maior paródia jurídica do século, passaram à História como os "criminosos" da II Guerra Mundial.

Hoje, como acima foi dito, um estudo sério sobre as actas e processos deste julgamento levariam ao cancelamento da maior parte da sentença e demonstraria quão injusta é a "justiça" humana quando o juiz tem nas mãos a espada do vencedor, pendendo ameaçadoramente sobre a cabeça dos vencidos.

Este processo foi o mais importante mas não o único. Até 1949 foram julgados pelos tribunais de desnazificação milhares de soldados e civis. Na esmagadora maior parte destes pretensos julgamentos o juiz limitava-se a ler a sentença que era invariavelmente a pena de morte.

Todos os julgamentos tinham também em comum o facto de as condições celulares dos acusados serem as piores possíveis, desde a falta de instalações sanitárias e de comida aos espancamentos e torturas para obterem "confissões".

Como exercício físico diário, os acusados de Nuremberga tinham apenas direito a passear num pátio de 30 metros durante 20 minutos, sendo obrigados a estarem distanciados uns dos outros 10 passos e sendo proibida qualquer troca de palavras, mesmo em voz baixa. Eram obrigados a dormir sempre para o lado direito, de maneira a estarem sempre virados para o guarda de serviço. Quando a meio do sono o corpo dava uma volta, eram despertados pelo postigo com um comprido pau. Juntando a isto a

Ligações



Navegação

[Início](#)

[Sobre nós](#)

[Índice geral de textos](#)

[Activismo on-line](#)

[Ligações](#)

Procurar

Pesquisar

Causas



constante utilização de potentes focos para os interrogatórios, levou ao esgotamento físico dos acusados e à sua quase total cegueira. Recebiam amiúde a visita de psicólogos americanos que os estudavam com o mesmo entusiasmo com que um bacteriólogo estuda os seus bacilos.

"Escutei testemunhas e li declarações escritas que provam que os acusados foram golpeados, maltratados e torturados segundo métodos que não poderiam ter sido concebidos senão por cérebros doentes." (senador americano Joseph MacCarthy, em conferência de imprensa de 20 de Maio de 1949)

"Os americanos disfarçavam-se de sacerdotes para ouvirem as confissões dos acusados, torturavam-nos introduzindo-lhes fósforos nas unhas e ascendendo-os, dilaceravam-lhes os dentes e as mandíbulas, deixavam-nos incomunicáveis e não lhes davam mais que rações de fome." (Edward van Roden, juiz em Nuremberga)

Estes e outros métodos piores foram usados para conseguir confissões dos acusados que serviram de base para provar o "extermínio" dos judeus. Os encarregados dos interrogatórios e que durante o julgamento fizeram parte do Ministério Público foram o ten.-cor. Burton, cor. Schumacker, ten.-cor. Byrne, ten.-cor. William Perl, Morris Ellowitz, Harry Thon, M. Kischbaum e M. A. Rosenfeld. Um breve exame destes apelidos leva-nos à lamentável conclusão de que todos pertencem à santa raça judaica.

Este processo teve também demasiadas anormalidades processuais. Qualquer deportado podia fazer uma "declaração testemunhal que se estime ter valor probatório" e qualquer pessoa podia também testemunhar sem ter um conhecimento concreto dos factos, bastando ter ouvido falar ou comentar por terceiros. Juntaram-se assim cerca de 300.000 declarações escritas, sob palavra. Mas, quiçá uma das facetas mais incríveis do processo foi o facto de não ter sido permitido aos advogados de defesa contra-interrogar essas "testemunhas". Qualquer referência destas às injustiças aliadas no Tratado de Versalhes também lhes estava vedada.

Estes advogados de defesa estavam submetidos a uma forte pressão da opinião pública, habilmente conduzida pela imprensa que sensacionalisticamente apelidava os acusados de "as 21 pessoas mais perigosas do mundo". A casa de um deles, o dr. Max, foi assaltada e saqueada pela população, instigada por agentes sionistas. Certas associações jurídicas profissionais propuseram a sua expulsão colectiva do exercício da profissão. Houve mesmo alguns jornais que se insurgiram contra os banquetes que eram servidos aos acusados, sendo certo que nos últimos só recebiam pão e água.

Enquanto toneladas de papéis da acusação eram despachados administrativamente com toda a celeridade, as alegações da defesa sofriam lamentáveis atrasos e várias provas importantíssimas desapareceram misteriosamente, criando graves obstáculos e contratempos aos advogados de defesa. Estes deviam entregar as suas provas aos fiscais acusadores, para estes examinarem, mas estava-lhes vetado examinar as provas da acusação. Isto ao abrigo do estatuto nº 13 do Tribunal Internacional de Nuremberga.

O artigo 6º da Carta dos Dois Tribunais para os Crimes de Guerra violou claramente o princípio *nulla poena sine lege* ao estabelecer que o facto de se preparar ou conduzir uma guerra constitui um crime contra a paz, quando não havia em Setembro de 1939 (nem depois) qualquer acordo ou lei de Direito Internacional nesse sentido. O princípio da não-retroactividade da lei é um pilar do Direito que aqui foi habilmente esquecido, tornando-se este julgamento numa vergonhosa farsa e num grave atentado à ideia de Justiça, além de que foram assassinados uma



dezena de inocentes e outros sofreram longos anos de cárcere. Ainda hoje um deles: Rudolf Hess continua o seu martírio na fortaleza de Spandau-Berlim, pelo único crime de pretender a paz. Ironicamente o Tribunal condenou-o por crimes de preparação de uma guerra e crimes contra a paz. Até onde pode chegar o humor negro sionista.

Também o Reichsführer SS Heinrich Himler foi oportunamente suicidado. Com a sua presença e os seus conhecimentos como principal responsável das SS, seria totalmente impossível aos fiscais acusadores lançar como provas irrefutáveis os pretensos extermínios nos campos de concentração, maioritariamente situados na Polónia.

A sentença correspondeu logicamente aos pedidos do Ministério Público. A máquina estava bem montada para condenar à morte por enforcamento os generais Alfred Jodl e Wilhelm Keitel que pelo facto de serem oficiais deveriam ser fuzilados, Ernst Kaltenbrunner, Hans Franck, Fritz Sauckel, Wilhelm Frick, Julius Streicher, Joachim von Ribbentrop, Arthur Seiss-Ynquart e Alfred Rosenberg. A este último suspenderam-no de forma a não morrer por ruptura cervical, como sempre acontece nos enforcamentos, mas por asfixia o que torna a morte muito mais demorada e horrorosa.

O seu único supremo crime: ser um verdadeiro filósofo e permanecer fiel ao Führer até à morte. O comandante da Luftwaffe Hermann Goering conseguiu suicidar-se dias antes, ainda hoje não se sabe muito bem como o conseguiu. Foram absolvidos von Papen, Hjalmar Schacht e Hans Fritzsche, os únicos que não eram nem nunca foram nacional-socialistas. Há inclusivamente provas que Schacht pertencia à Maçonaria e foi um dos principais sabotadores do regime, um dos muitos inimigos que Adolf Hitler tinha nas principais hierarquias do Exército e do Estado.

Foram condenados a penas de 10 a 25 anos de prisão Karl Doenitz, Baldur von Schirach, von Neurath e Albert Speer, e a prisão perpétua Walter Funk, Erich Raeder e Rudolf Hess que, como acima foi dito, continua sepultado vivo numa fortaleza para 600 reclusos mas que actualmente apenas "hospeda" um velho desde há 41 anos.

Todas estas irregularidades e injustiças, para já não falar em tantas outras que seria quase impossível aqui enumerar, fez com que, em 1948, o principal fiscal britânico sir Harley Shawcross exclamasse:

"O processo de Nuremberga transformou-se numa farsa jurídica. Envergonho-me de dizer que fui um dos acusadores em Nuremberga, como colega desses homens: os soviéticos."

Porto, Junho de 1982
Manuel Monteiro

* * *

"Quis pôr-se cobro e castigar os crimes e violências de uma nação vencida e levada ao último desespero. Preço: a prática de crimes muito maiores, cometidos a frio, em nome de uma falsa justiça exercida pelos suspeitos acusados dessa nação, manchados com o mesmo sangue que as suas vítimas". (Luís Cabral de Moncada, professor catedrático de Direito)

No ano imediatamente seguinte ao término da II Guerra Mundial, reuniu-se em Nuremberga um Tribunal Militar Internacional, com o fim de "julgar os crimes de guerra praticados pela Alemanha e pelo NSDAP, que a governou desde 1933 até ao fim da guerra". Este processo célebre culminou com a condenação à morte, pela força, de dez dos vinte e um principais

acusados, sendo os outros condenados a duras penas e até a prisão perpétua. Von Papen, Schacht e Fritzsche foram absolvidos como para demonstrar uma imparcialidade e uma neutralidade (e também por outras razões...) que nunca existiu neste julgamento–farsa.

Sim, julgamento–farsa!

Este processo, este famigerado processo, pode e deve ser considerado sem margem para dúvidas e sem o mínimo de receio de pecar por exagero, a maior farsa jurídica de todos os tempos, o mais vil e repugnante atentado à ideia de Direito e de Justiça.

Neste estudo, necessariamente reduzido e sintético, iremos procurar demonstrar numa série de pontos qual o verdadeiro objectivo – e notório! – dessa trapaça jurídica: a vingança fria e cruel da camarilha cobarde, a quem bem podem ser aplicadas as palavras de Ramalho Ortigão: "...quando vê o forte enverga a libré, quando vê o fraco aponta a pistola...". Dessa camarilha que tremeu de medo ao ver o seu (muito seu, mesmo...) sistema comunista–capitalista concentracionário, que dominava (e continua a dominar) o mundo, correr o risco de ser totalmente desmantelado.

Vamos seguidamente reproduzir e comentar as principais alíneas que constavam da acusação (em anexo reproduzimos na íntegra o líbello da acusação para um conhecimento mais aprofundado).

1º– Os nacional–socialistas foram acusados de "se terem apoderado do Poder e terem subjugado a Alemanha à sua política de Estado".

Isto é, no mínimo, ridículo. O NSDAP (Partido Nacional–Socialista dos Trabalhadores Alemães) obteve, nas eleições de 1933, 42.449.468 votos expressos, o que corresponde a uma maioria absoluta de 51,9%, com 230 assentos no Reichstag. Este triunfo foi ratificado nas eleições de 5 de Março do mesmo ano, ao conseguirem um aumento de 52 assentos, ou seja, 282 lugares para deputados. O NSDAP obteve 54% dos votos eleitorais e 69% dos votos efectivamente entrados nas urnas. Observadores da imprensa estrangeira deram testemunho da pureza democrática do sufrágio.

Como se comprova, a legitimidade democrática estava salvaguardada.

Quanto à segunda parte da alínea, ainda é mais ridículo. É óbvio que um governo necessariamente submeta os cidadãos à sua política de Estado, aceite e confirmada por esses mesmos cidadãos.

2º– Os nacional–socialistas foram também acusados de "preparar e lançar guerras ilegais de agressão, com quebra de Tratados".

Para começar, anteriormente uma guerra nunca tinha sido ilegal. Quem a ilegalizou foi a Carta do Julgamento e mesmo assim só depois de finda a guerra.

Um dos princípios fundamentais de todo o Direito é a não–retroactividade da lei (excepto em certos casos de Direito Penal em que se usa a retroactividade in mitius sempre para favorecer o acusado): se um governo proibir em 1983 o uso de bigode, ninguém poderá ser condenado ao abrigo dessa lei por usar bigode em 1982, já que tal disposição legal ainda não existia.

Vem a propósito transcrever aqui o comentário, deliciosamente irónico, fez sobre um diálogo com o acusador lord Jackson: "Eu disse o seguinte:

– Suponha que nós, americanos, perdemos uma guerra e alguém afirma

que somos agressores. Que acontecerá então com a Carta?

Pela resposta obtida tirei a conclusão que o melhor que poderíamos fazer era não perder guerra nenhuma!".

Quanto à quebra de Tratados, ninguém – e muito menos os Aliados – poderá atirar a primeira pedra.

Os signatários do Tratado de Locarno: Inglaterra, França, Itália, Polónia, Bélgica e Alemanha, comprometiam-se a respeitarem mutuamente as fronteiras, a não se aliarem militarmente com outros países sem consultar primeiro os restantes membros e a dirimirem os eventuais diferendos através de conferências internacionais. Pois bem, a França – e não a Alemanha – quebrou o Tratado logo que pôde. Sem consultar ninguém, cnicamente indiferente a tudo, aliou-se à União Soviética.

Fora do âmbito da Sociedade das Nações, em cuja eficácia todos iam perdendo a fé, foi assinado em Paris o Pacto de Briand-Kellogg, pelo qual os países signatários (EUA, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Polónia e Bélgica) se comprometiam a renunciar à guerra como meio de política internacional. Na realidade o pacto não passou de um ensaio pobre da Conferência de Desarmamento, reiteradamente pedida pela Alemanha, que se amparava nas cláusulas ditadas em Versalhes pelos próprios vencedores em que todos se tinham comprometido a reduzir os armamentos. A Alemanha foi obrigada a cumprir e agora pedia aos outros que fizessem o mesmo.

Apesar das platónicas "recomendações" da Sociedade das Nações, a França recusa-se a levar a cabo (e mesmo a iniciar quaisquer conversações nesse campo) qualquer desarmamento. O Plano MacDonald de Limitação de Armamentos que consistia na abolição das chamadas "armas ofensivas": bombardeiros, tanques e artilharia pesada, é categoricamente recusado pela França.

Mas, quer os ingleses quer os americanos nada fizeram igualmente por qualquer desarmamento. A Alemanha pede que todos os países reduzam os armamentos, ou em caso contrário, que seja dada autorização ao Reich para aumentar o seu para um nível nunca inferior ao da França.

As sucessivas conferências de desarmamento que se vão realizando tornam-se em autênticas paródias. Os debates sobre o chamado "desarmamento qualitativo" atingem todos os limites e transformam-se em autênticas paródias. Os debates sobre o chamado "desarmamento qualitativo" atingem todos os limites e transformam-se em peças cómicas. Cada Estado considera ofensivas as armas que não possui ou possui em pequena quantidade e defensivas as que possui em grandes quantidades. Por exemplo, o delegado francês desbaptiza os carros de assalto e para atestar o seu carácter "defensivo" rebaptiza-os com o pacífico nome de "carros de combate". "O couraçado é uma arma defensiva, ao contrário do submarino que é uma arma ofensiva.", declaram virtuosamente os representantes francês e inglês.

É o delegado japonês que põe o dedo na ferida ao declarar: "Um navio de guerra é uma arma defensiva quando leva no mastro a bandeira inglesa ou americana, e é uma arma ofensiva em todos os outros casos".

Não satisfeita com o não-cumprimento das suas obrigações relativamente ao desarmamento, a França inicia a construção da linha Maginot, que se estende ao longo da sua fronteira com a Alemanha. A Sociedade das Nações nada diz sobre esta nova e flagrante violação, mas quando a Alemanha inicia, dez anos mais tarde, a construção da linha Siegfried, o seu porta-voz fará um berreiro ensurdecedor a propósito do "desenfreado

militarismo alemão".

Violando ainda os compromissos assumidos, a França une-se por um sistema de alianças defensivas e ofensivas aos países da chamada "Pequena Entente" (Polónia, Checoslováquia, Roménia e Jugoslávia), ressuscitando a velha política francesa de cerco à Alemanha, à volta da qual bailam a "dança da morte" uma série de Estados hostis.

E que dizer dos soviéticos, que quebraram mais tratados do que de anos tem a revolução de Outubro, e dos ingleses que nunca cumpriram o Methween, o mapa cor-de-rosa, o 9 de Abril e o caso de Goa, Damão e Diu são alguns bons exemplos... E dos americanos que não há muito tempo denunciaram o seu velho tratado com a Formosa, por ocasião da "ocidentalização" da política da China comunista?

3º– Os nacional-socialistas foram acusados ainda de "desrespeito pela lei internacional". Em relação ao pretensão extermínio de judeus?

Para começar, é tempo de se acabar com essa monstruosa mentira sobre gaseamento e cremação de judeus – QUE NUNCA EXISTIU!

A propaganda dos vencedores, e principalmente a propaganda judaica, procuraram todos os meios para fazer o mundo acreditar nessa imensa fraude: milhares de livros traduzidos para todas as línguas, centenas de filmes nas versões preto-e-branco e colorido, revistas, cartazes e panfletos, foram lançados em quantidades astronómicas sobre um público estupefacto. Relatos escabrosos recheados de pormenores arrepiantes, feitos por testemunhas "imparciais" apareceram como por geração espontânea. "A mentira repetida insistentemente, até à exaustão, massivamente, passa por ser verdade.", já alguém o disse e com toda a razão.

Mas há provas – e mais do que suficientes – que demonstram a falsidade deste mito. Vejamos apenas algumas:

A partir do final da II Guerra e até princípios de 1946, muitos escritores e jornalistas lançaram o número de 11 milhões, como sendo esta a quantidade de judeus exterminados. Outros, apesar de tudo mais moderados, contentaram-se com 8 milhões. Foram-se afinando os violinos e durante algum tempo subsistiu o número de 7 milhões e meio. Finalmente oficializou-se o de 6 milhões, embora no julgamento-assassínio de Eichman em Jerusalém, a promotoria ter referido só 5.700.000. Bom, mas para efeito de controvérsia fiquemos nos 6 milhões.

Segundo fontes oficiais judaicas (vide "New York Times" de 11/1/45, o qual reproduz dados oficiais da "American Jewish Conference") o número de judeus residentes na Europa por altura da subida ao poder do Nacional-Socialismo, em 1933, era de 5.600.000, incluindo os que viviam na URSS e que o Exército alemão dificilmente poderia ter capturado. É de uma lógica cristalina supor que os judeus tratassem de se proteger atrás do Exército Vermelho em vez de esperar tranquilamente que os alemães os conduzissem a campos de concentração.

Duas fontes díspares: uma suíça ("Baseler Nachrichten" de 13/4/46) e outra judaica ("Aufbau", jornal judeu escrito em yiddisch, de 13 de Agosto de 1948. Este jornal publica-se em Nova York.) coincidem no número de judeus que emigraram, entre 1933 e 1945, para a Inglaterra, Suécia, Suíça, Península Ibérica, Canadá, EUA, América Latina, Austrália, Índia, África e Palestina: cerca de 1.440.000, procedentes da Alemanha, Áustria, Checoslováquia e em menor escala da Polónia, Roménia e Hungria. Por outro lado, o número de judeus que viviam em países neutrais, sem contar os recentemente imigrados, era segundo o "World Almanac" de 1942, pág.

594, de 413.128.

Isto é, dos 5.600.000 judeus que viviam na Europa em 1933, podemos eliminar como possíveis vítimas dos nazis 1.440.000, mais de 413.128 que já residiam em países neutrais (Inglaterra, Gibraltar, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Irlanda e Turquia europeia), o que reduz o número para 3.746.872.

Mas este número não é ainda o definitivo. Para se chegar ao máximo de judeus que estiveram dentro do raio de acção dos nazis (não propriamente os que foram internados, pois os judeus eram parte preponderante de todos os movimentos de resistência anti-alemã) há que descontar os que viviam na parte oriental da Polónia e nos países bálticos (subjugados pela URSS), e ainda os que foram evacuados para longe dos alemães. Segundo o historiador judeu Reitlinger, na sua obra "Die Endlosung", pág. 34, o número de judeus emigrados para a área controlada pela União Soviética e portanto postos a salvo, era de 1.550.000. Isto baixa o número para 2.196.872. Outro judeu, Freilig Foster, na revista "Collier's Magazine" de 9/6/1945, assegura que "desde 1939 até à invasão nazi da União Soviética, 2.200.000 judeus dos ghettos do Leste europeu encontraram a salvação na União Soviética". Assim entre 2.200.000 e 1.550.000, há uma diferença de 650.000, que poderemos subtrair a 2.196.872, o que dá agora 1.546.872.

Para já, dos 6 milhões já só temos pouco mais de 1 milhão e meio! Mas, segundo a publicação "Unity in Dispersion", pág. 377, do "World Jewish Congress", "a maioria dos judeus alemães conseguiu abandonar a Alemanha antes que a guerra estalasse". Dos 280.000 judeus austríacos 220.000 emigraram, assim como 260.000 dos 420.000 judeus checos.

Na verdade, só ficaram nestes países a que podemos chamar o GrossDeutschland, depois de 1939, cerca de 360.000 judeus.

Não precisaríamos de ir mais longe mas, na sequência do que temos vindo a demonstrar, foquemos um outro aspecto: em 1938 existiam no mundo, segundo o "World Almanac" de 1947 e que se baseia nos números fornecidos pelo "American-Jewish Committee" e pelo "Statistical Bureau of American Synagogues", exactamente 15.688.259 judeus. Dez anos depois, ou seja, depois das "perseguições nazis" e do pretenso holocausto dos 6 milhões, havia em todo o mundo entre 15.600.000 e 18.700.000 judeus, conforme um artigo publicado no "New York Times" de 22/2/1948 (o proprietário deste jornal é o judeu e sionista Arthur Sulzberger) e subscrito por Hanson William Baldwin, homem muito conhecedor em questões demográficas.

Se tirássemos 6 milhões a 15.600.000, restariam 9.600.000 judeus... Só que entre 1938 e 1948 – época que inclui os anos da guerra e o pretenso holocausto de 6 milhões – a população judaica não sofreu qualquer alteração! Não cabe na cabeça de um preto que os judeus conseguissem em 10 anos, mesmo que todos os fisicamente aptos se dedicassem exclusivamente à procriação com todas as mulheres da sua raça, com idades compreendidas entre os 12 e os 60 anos, que houvesse um aumento de população quase da ordem dos 100%. Isso é totalmente contrário às leis da genética, por muito sexualmente obcecados que sejam os irmãos de Freud!

Muito mais poderíamos demonstrar, não fosse a nossa preocupação de sintetizar ao máximo este estudo. De qualquer modo, se a acusação de "desrespeito pela lei internacional" se refere exclusivamente ao extermínio de judeus, então o Tribunal tornou a "enfiar o pé na argola" e a errar crassamente, pois se ficou bem claro que não houve extermínio nenhum, então também não houve qualquer desrespeito por qualquer lei internacional.

4º– Os nacional-socialistas foram acusados de "escravatura e pilhagem das populações dos países ocupados". Mentira! Quem escravizou as populações e praticou as piores pilhagens foram os Aliados, antes e depois de 1945. Ainda hoje, os soldados das bases americanas instaladas na RFA, são autênticos senhores que fazem o que muito bem lhes apetecer sabendo-se de antemão impunes.

E que dizer dos russos?

Homens nada suspeitos de simpatias com a Alemanha mas anti-comunistas, como Charles Maurras e Xavier Vallat, foram acusados de traição e colaboracionismo e condenados à morte pelos tribunais gaullistas, em que o Partido Comunista estava grandemente representado.

O marechal Pétain, o herói de Verdun, foi condenado à morte, e depois a pena foi comutada para prisão perpétua. Morreu no cárcere, quase centenário; enquanto que o velho comunista e desertor Thorez era nomeado por De Gaulle vice-presidente do Conselho de Ministros. O ex-primeiro-ministro Laval foi executado, depois de ter tentado se suicidar.

Pierre-Henri Teitgen, ministro da IV República, chegou mesmo a declarar que "Danton, Robespierre e os outros eram um grupo de amadores comparados connosco. Eles apenas condenaram 17.000 traidores, ao passo que nós executámos mais de 105.000!..."

105.000 condenados à morte! Mais os executados sumariamente, mais os que foram assassinados por "elementos incontrolados", mais os milhares de condenados a penas de prisão, desterro, trabalhos forçados e "indignação nacional"... Só por pensarem de maneira diferente, foram fuzilados escritores e poetas como Robert Brasillach, Paul Chack, George Suarez, Henri Béraud e muitos outros.

A "libertação" da Bélgica foi atroz. Levantaram-se mais de 346.000 processos por "colaboracionismo", houve mais de 57.000 condenações, quase todas à morte e as restantes a prisão perpétua ou a 20 anos de prisão. Houve também, como em todo o lado, as normalíssimas execuções sumárias. Como os "patriotas" não conseguiram capturar Léon Degrelle, o grande líder do Rexismo e combatente da Divisão SS "Wallonie" durante a guerra, assassinaram o seu irmão Édouard, que nunca tinha sido político na vida. Os pais de Degrelle foram encarcerados durante longos meses.

Na Holanda, Noruega e Dinamarca passou-se a mesma coisa. Na Itália, a repressão atingiu graus particularmente cruéis. O marechal Juin, que constava ser católico, redigiu por seu punho estas palavras na ordem do dia: "Prometo-vos solenemente que quando o inimigo for vencido, as casas, as mulheres e o vinho pertencer-vos-ão durante 50 horas. Durante esse tempo, podereis fazer o que vos apetecer."

O balanço é eloquente: 60.000 italianas violadas em condições atroz (raparigas, crianças, doentes, freiras, e até as internadas em manicómios).

Também na Suíça, na neutral Suíça, se considerou de bom gosto dar caça aos nazis e fascistas. A legação alemã foi assaltada e saqueada, os bens dos alemães residentes foram pilhados, os italianos fascistas ali refugiados foram entregues aos bandos comunistas de "maquis", que os executaram depois de os torturar selvaticamente.

Os ingleses não quiseram ficar atrás nesta cadeira de atrocidades, de escravatura e de pilhagem dos vencidos. 200.000 russos brancos e ucranianos do Exército de Vlassov, que se encontravam na Áustria ao terminar a guerra, foram entregues juntamente com os familiares aos

soviéticos, e contra o que lhes tinha sido solenemente prometido quando da rendição.

Foi assim que se produziu uma hecatombe de milhares de suicídios de homens que mataram as mulheres e os filhos antes de se suicidarem. Todos os russos brancos, empurrados à frente dos tanques ingleses, foram entregues aos soviéticos, que não se fizeram rogados e perpetraram mais um holocausto. O mesmo aconteceu a milhares de anti-comunistas croatas, eslovenos, sérvios, eslovacos, ucranianos, checos e tantos outros.

Na Prússia oriental, 5 milhões de alemães foram expulsos dos seus lares. Um êxodo impressionante deu-se então em direcção à Alemanha Ocidental, onde os famigerados tribunais de desnazificação condenavam diariamente milhares de pessoas, em farsas jurídicas nas quais não era permitido aos acusados falar ou defender-se. Pior ainda aconteceu aos alemães dos Sudetas em 13 de Maio de 1945, dia do regresso do presidente Benès, vindo do exílio voluntário em Londres. A recepção que lhe foi feita em Praga colheu o mundo de horror: centenas de alemães pendurados de cabeça para baixo nas árvores da Avenida S. Wenceslau. Quando o grande humanitário chegou, os corpos foram empapados em gasolina e chegaram-lhes fogo, formando uma imensa cortina de tochas humanas.

Perto de 400.000 alemães foram assassinados só nos primeiros meses da "Libertação". Outros 3 milhões fugiram, depois de sofrerem as mais dozes humilhações. Massacres horrorosos ocorreram em Aussig onde dezenas de milhares de mulheres de todas as idades foram violadas e degoladas em seguida. Soviéticos, checos e judeus rivalizavam em brutalidades e sevícias contra a minoria alemã. Os médicos recusavam assistência às mulheres que tinham sido ultrajadas; muitas delas vieram a suicidar-se (só em Brno houve, num dia, 275 suicídios).

Terrível foi também a repressão na Hungria. 600.000 prisioneiros de guerra e 230.000 civis da elite nacional foram enviados para campos de concentração na URSS. Um judeu, Marton Hemler, com a assistência oficial das tropas de ocupação inglesas e francesas, dirigia a perseguição contra um quarto de milhão de magiares que se tinham refugiado na Baviera e na Áustria.

A repressão foi também pavorosa na Bulgária e na Roménia, onde Anna Pauker, a célebre hárpia judia, dirigiu pessoalmente a depuração dos militantes da Guarda de Ferro.

Em toda a Alemanha, organizou-se a pilhagem sistemática de livrarias e bibliotecas, públicas e privadas, assim como de hemerotecas e museus. Milhões de jornais, revistas e livros publicados na Alemanha entre 1933 e 1945 foram queimados em imensas fogueiras pelos defensores da liberdade de pensamento. Em nome da liberdade abstracta, foram suprimidas todas as liberdades concretas. Em nome da democracia, igualmente abstracta, foram impostas à Europa, e não somente à Alemanha, as listas negras, a censura, a irradiação, a deportação, a prisão, o assassinio, a perda de direitos civis... Em nome da igualdade, estabeleceu-se uma série de privilégios, prepotências e direitos especiais.

Embora durante a II Guerra tivessem perecido mais de 50 milhões de pessoas, só os judeus, e independentemente da sua nacionalidade oficial, receberam e continuam a receber indemnizações. Apenas eles foram compensados pelos prejuízos sofridos, reais ou imaginários, numa guerra provocada, em grande parte, pelos dirigentes sionistas.

De 12 a 15 milhões de pessoas do leste europeu foram expulsas dos seus lares sem qualquer indemnização e sem que os democratas do Ocidente – eles, tão humanitários! – tomassem qualquer medida para aliviar a sua

sorte.

Obrigaram a Alemanha a "reconhecer" uma dívida de "reparações" no valor de 3 bilhões e 600 milhões de marcos-ouro pagáveis ao Estado de Israel, que nem sequer existia quando as pretensas matanças de judeus "tiveram lugar".

A Alemanha e a Áustria foram tratadas de uma forma como nunca um país vencido o tinha sido até então. As populações foram tratadas com incrível desumanidade e "uma política de fome organizada foi introduzida por nós e ainda dura em 1948", como afirma o escritor norte-americano Francis Parker Yockey, enviado pelo governo dos EUA como juiz para Nuremberga e em virtude de se ter oposto a toda a farsa foi encontrado suicidado, mais tarde. Apesar dos Estados Unidos enviarem alimentos para todas as partes do mundo, recusaram-se a fazê-lo para os países vencidos, os mais duramente atingidos e os mais necessitados. Segundo o mesmo Yockey, "as rações alimentares foram fixadas, per capita, muito abaixo dos mínimos exigíveis, tanto quantitativa como qualitativamente, e muito rapidamente a desnutrição, as doenças de pele e degenerativas, começaram a matar pessoas às centenas de milhar." (vide "Imperium" de Francis Parker Yockey).

Ante uma população reduzida à mais negra miséria, as tropas de ocupação, brancas e de côr, viviam protegidas atrás das metralhadoras e do arame farpado. Toneladas de alimentos que sobravam e roupas usadas das tropas de ocupação foram queimadas no meio da rua, à vista de multidões famélicas e vestidas de farrapos. Quando em 1947 esteve prestes a estalar uma revolta geral, um dos governadores americanos fez anunciar oficialmente que se se produzisse qualquer revolta, seria esmagada com baionetas e espingardas e, se necessário, com fuzilamento de reféns (parece pois que os americanos quiseram aperfeiçoar as rudimentares técnicas usadas na repressão do levantamento do ghetto de Varsóvia, em tempo de guerra e chorado de baba e ranho pelos humanistas ocidentais, incluindo os Estados Unidos...).

Visto isto, nós perguntamos muito simplesmente: quem escravizou e pilhou as populações dos países ocupados?

Reproduzidas e comentadas que estão as principais acusações constantes da paródia jurídica de Nuremberga, cabe-nos ainda, muito sucintamente por absoluta falta de espaço, enumerar algumas das muitas falsidades processuais e incoerências constantes das actas do processo.

1º- As duas partes intervenientes no processo eram a Alemanha como réu e os Aliados como acusação. Logicamente e segundo as regras do Direito o juiz deveria ser um terceiro neutral. Simplesmente não foi assim! Os juízes eram os Aliados, que assim eram juiz e parte na contenda e que também muito naturalmente julgaram a contenda segundo os seus desejos. Falou-se muito de crimes mas nem uma palavra sobre os crimes colectivos de Katyn, de Hiroshima, de Nagasáqui, de Hamburgo, de Colónia, do braseiro de Dresden (o maior forno crematório que o mundo alguma vez contemplou), de Berlim e dos "maquis". Isto porque os autores dos crimes estavam presentes no tribunal, mas de colarinhos engomados e vestidos de toga...

2º- Crimes atribuídos à Gestapo, às SA e SS e à Frente do Trabalho nunca foram provados (nem nunca o serão pela simples razão que não existiram). A acusação baseou-se em "confissões espontâneas". Vamos agora ver como aconteceram algumas dessas "confissões espontâneas":

Obrigaram Sauckel, por exemplo, a proferir uma conferência e a fazer determinadas declarações, sob pena da mulher e dos filhos serem

entregues aos rapazes da NKVD (actual KGB). Streicher foi torturado, brutalmente espancado e vergonhosamente humilhado por se ter recusado a beijar os pés a um preto; por fim, arrancaram-lhe os dentes a sangue-frio e, segurando-lhe na cabeça, escarraram-lhe na boca. Friedrich Gaus foi obrigado a prestar declarações falsas, sob pena de o entregarem e à família aos soviéticos, declarações essas que serviram para condenar à morte o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, Joachim von Ribbentrop.

Quando estes métodos foram denunciados no Tribunal, os "juízes" da coligação democracia-comunismo tranquilamente argumentaram que tudo isso nada tinha a ver com o julgamento.

Mais tarde, o presidente dos Estados Unidos, o judeu Harry Salomon Truman, afirmou que o Julgamento de Nuremberga personificou o mais alto expoente de justiça democrática. Por uma vez, disse verdade! "Justiça Democrática" sim, mas não Justiça!

3º- Relativamente às dúvidas acusações de imperialismo constantes da acusação, seria suficiente a resposta dada por von Ribentrop aos imaculados juízes de Nuremberga: "Nunca a política externa alemã tratou de planos para a dominação mundial. A Alemanha apenas tentou criar as mais elementares condições de vida para si, como o fez a Inglaterra quando se apoderou da quinta parte do globo e os Estados Unidos e a União Soviética o fazem hoje. Só que a Alemanha apenas pretendia os seus direitos legítimos (o "corredor polaco" e Dantzig, actual Gdansk, mas actualmente já nada tem de germânico pois a sua população foi compulsivamente degredada para as repúblicas orientais da URSS), quando a França e a Inglaterra desencadearam a II Guerra Mundial".

Apenas um pequeno comentário nosso: quando a União Soviética aproveitou a invasão alemã da Polónia para anexar metade do território polaco, as boas consciências da França e da Inglaterra não se sentiram obrigados a declarar-lhe guerra também!

Sobre muitas mais coisas nos poderíamos debruçar, desde a impossibilidade de defesa por parte dos acusados de acusações de pessoas que nem sequer compareciam no Tribunal e como tal não podiam ser contra-interrogados pelos advogados de defesa, até à apresentação de "provas" por parte da acusação, que com uma análise minuciosa não passam de falsificações. Os acusados foram submetidos a toda uma série de pressões exteriores, e até nem lhes foi permitido acolher advogados. Em consequência disso, alguns réus tiveram dois acusadores e nenhum defensor, ao mesmo tempo que o anti-semita Julius Streicher teve como patrono o judeu dr. Marx.

Como já foi afirmado, e contrariamente aos mais elementares princípios jurídicos, os Aliados eram juiz e parte, mas quem lucrou mais com toda esta farsa foram os judeus, e isso também é fácil de descortinar: dois mil e quatrocentos dos três mil funcionários que prestaram serviço no processo pertenciam à raça eleita por Jeová (vide "Os Conquistadores do Mundo" de Louis Marschalko).

Quando um dos acusados (concretamente Hjalmar Schacht) conseguiu demonstrar que tinha conspirado contra o governo do seu país, em tempo de guerra, foi absolvido com todos os pronunciamentos favoráveis por parte dos juízes.

Muitos militares ingleses e americanos, combatentes da frente de batalha, ficaram indignados com o tratamento que foi dispensado aos seus, embora inimigos no campo de batalha, camaradas de armas por parte dos generais emplumados do Estado-Maior e por parte da camarilha burguesa

bolchevista–judaica.

O conhecido general Patton, um dos mais prestigiosos chefes do Exército americano, tentou opor–se aos nefandos crimes que em nome da sua pátria eram cometidos. Ainda quando comandava, na Alemanha, o seu sector de tanques das tropas de ocupação, ameaçou publicamente voltar para os Estados Unidos, abandonando o comando das suas tropas, e fazer ouvir a sua voz ao povo americano, explicando–lhe as infâmias cometidas em seu nome. Porém com rara oportunidade, teve um acidente. O seu jipe foi investido por um camião que se pôs em fuga. Transportado numa ambulância ao hospital, esta foi por sua vez quase esmagada por outro camião, do que resultou a morte do célebre general que tentou opor–se à indigna ocupação.

Outro general, o britânico Frederick Morgan, delegado da UNRRA na zona ocupada pela Inglaterra na Alemanha, pretendeu opor–se aos abusos dos judeus e dos soldados. Imediatamente, o judeu Herbert H. Lehmann pediu ao governo britânico a substituição de Morgan. Londres recusou–se inicialmente mas, em face das pressões do "Foreign Office", acabou por demiti–lo. Morgan teve a ingenuidade de acreditar que tinha sido a Inglaterra a ganhar a guerra e que ele tinha, como sempre, servido a "Old England" em vez de Israel.

O resultado final da vergonhosa farsa de Nuremberga foi a glorificação dos traidores e o castigo daqueles que tinham jurado, e que o cumpriram, com o seu dever de fidelidade à sua Pátria.

O "Daily Telegraph" de 1 de Outubro de 1948 publicou a seguinte notícia: "Quando foram lidas as sentenças de morte no Tribunal de Nuremberga, notava–se uma grande afluência de visitantes aliados... muitos dos quais acompanhados pelas suas esposas, que traziam vestidos da nova moda de Outono. A atmosfera nas bancadas do Tribunal, sob a luz crua das lâmpadas de magnésio, lembra irresistivelmente uma 'première' da moda do West End ou no Broadway Theatre...".

Verbi gratiae, Democratiae!...

Colocado em [Geral](#) às 23:41 de Domingo 21 Maio por [causanac](#)

Comentários

Sem comentários

Adicionar Comentários

Este post não permite comentários

my weblog is proudly powered by [Nucleus CMS v3.24](#)
design by [Michael Heilemann](#), ported by [hcgvtv](#)